

RESUMO/ RESUMÉ

TRADUÇÃO, TROCAS LITERÁRIAS E (A)D(I)VERSIDADE EDITORIAL

O artigo discute questões ligadas à tradução e ao fenômeno de concentração do mercado editorial, mais conhecido como “globalização editorial”. Os fenômenos da intensificação da circulação internacional de bens culturais, de formação dos grandes conglomerados editoriais, assim como o predomínio do inglês como “língua da globalização” inscrevem-se dentro da problemática da diversidade cultural e do pluralismo linguístico. A tradução é aqui entendida como uma troca desigual e assimétrica entre culturas, podendo constituir-se, entre outros dispositivos, numa operação de consagração ou de acumulação de capital literário. A reflexão se articula em torno de noções tais como *campo literário mundial*, *capital linguístico-literário*, *tradução-consagração* e *tradução-acumulação de capital literário* (Pascale Casanova/ Pierre Bourdieu).

Palavras-chave: tradução literária; mercado editorial; globalização; diversidade cultural.

TRADUCTION, ECHANGES LITTERAIRES ET (A)D(I)VERSITE EDITORIAL

L'article aborde des questions liées à la traduction et au phénomène de surconcentration du marché éditorial, plus connu sous le terme “globalisation éditoriale”. Les phénomènes d'intensification de la circulation internationale des biens culturels, de formation des grands conglomerats de l'édition, aussi bien que la prépondérance de l'anglais comme “langue de la globalisation” s'inscrivent dans la problématique de la diversité culturelle. La traduction est envisagée ici en tant qu'échange inégal et asymétrique entre cultures, pouvant relever, entre autres dispositifs, d'une opération de consécration ou d'accumulation de capital littéraire. La réflexion s'articule autour des notions de *champ littéraire mondial*, *capital linguistique-littéraire*, *traduction-consécration* et *traduction-accumulation de capital littéraire* (Pascale Casanova/ Pierre Bourdieu).

Mots-clé: traduction littéraire; marché éditorial; globalisation; diversité culturelle.

TRADUÇÃO, TROCAS LITERÁRIAS E (A)D(I)VERSIDADE EDITORIAL¹

Marta Pragana Dantas

Universidade Federal da Paraíba
martaprada@uol.com.br

Este artigo problematiza a questão da tradução literária no atual contexto de uma crescente unificação do mercado mundial da edição. Se a intensificação das trocas internacionais de bens simbólicos, no bojo da qual a tradução ocupa um lugar estratégico, poderia levar-nos a supor uma maior diversidade cultural, o processo, já bastante avançado em alguns países, de hiperconcentração do mercado editorial nas mãos de grandes grupos transnacionais, assim como a hipercentralidade do inglês como “língua da globalização”, suscitam interrogações a respeito do pluralismo e da diversidade culturais.

Entendida como troca cultural entre nações, a tradução se apresenta nesse contexto como uma relação visivelmente assimétrica, condicionada por relações de poder e dominação. Ainda que, para a sociologia da tradução, assimetria e desigualdade sejam atributos inerentes à própria tradução enquanto troca cultural, na atual “situação de globalização”² tais traços tendem a exacerbar-se na medida em que o poder de produzir, difundir e comercializar obras literárias e culturais passa para as mãos de um pequeno grupo de grandes conglomerados industriais ou financistas.

Reconhecer tal assimetria não significa, contudo, perder de vista que a tradução é um processo extremamente complexo e contraditório, suas possíveis funções e significados não se circunscrevendo aos limites dos ditames do mercado – cuja influência, diga-se de passagem, não é, necessariamente, maléfica. A revolução tecnológica da internet, por sua vez, abre janelas interessantes para o mercado editorial e que não podem ser ignoradas. No entanto, chama a nossa atenção a rapidez com que determinadas mudanças estão acontecendo na cadeia do livro. Se este processo iniciou-se há várias décadas, foi, contudo, a partir de meados dos anos 1980 – com a rodada Uruguai do GATT³ (1986-1994) e a decorrente extensão dos acordos ao comércio dos produtos culturais (e, portanto, do livro) –, que ele pôde expandir-se e assumir os contornos que hoje possui.

Na França, país dotado de uma invejável estrutura editorial e de uma extensa rede de distribuição, grandes grupos transnacionais vêm impondo ao mercado de livros uma política de concentração horizontal (pela fusão das editoras) e vertical (fazendo-se presentes em todos os níveis da cadeia do livro, desde a fabricação até a promoção, passando pela distribuição). Basta lembrar o escândalo que envolveu o desmantelamento da Vivendi Universal Publishing (VUP) e a compra do seu braço francês (que dominava então o mercado da edição) pela editora Hachette (do grupo

¹ Uma versão deste artigo foi apresentada no *II Colóquio Cidadania cultural: diversidade cultural, linguagens e identidades*, realizado em Campina Grande (PB), em 2006.

² Expressão utilizada por Renato Ortiz, retomando uma tradição das ciências sociais, para referir-se à globalização enquanto totalidade cujas partes não seriam equivalentes, pois uma relação de forças, uma hierarquia, articula-as e as medeia. Assim, ele põe a ênfase no fato de que “a diversidade global nada tem de plural, ela é permeada por relações de poder, construídas ao longo da história (...) e reproduzidas segundo os interesses econômicos, políticos, religiosos em disputa. O processo, que é único, embora não homogêneo, é portanto vivido e experimentado de maneira diversa, em função dos lugares nos quais nos inserimos” (ORTIZ, 2006, p. 13-14).

³ Sigla em inglês para *Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio*. A partir de 1995, o GATT foi substituído pela OMC como foro multilateral para negociação de questões relativas ao comércio internacional.

Lagardère), em 2002. Caso a Comissão Europeia não tivesse intervindo na transação, alegando formação de monopólio, a Hachette dominaria 2/3 do mercado editorial francês e a quase totalidade da distribuição. Isto não impediu, contudo, ao final do conflito em 2004, que Lagardère detivesse o monopólio dos manuais escolares e universitários, nem que se tornasse o primeiro grupo editorial francês, respondendo sozinho por quase metade da movimentação do mercado da edição, seguido por Éditis (sucessora da VUP) e La Martinière⁴. Verdadeiros conglomerados, cada um desses grupos, através de sucessivas operações de fusão de empresas, controla atualmente uma grande parte da cadeia do livro – produção, difusão e comercialização (ver quadro 1).

GRUPO	CONCENTRAÇÃO HORIZONTAL	CONCENTRAÇÃO VERTICAL
Lagardère	Possui: Hachette, Grasset, Lattès, Calmann-Lévy, Stock, Fayard, Groupe Hatier (Hatier, Didier, Foucher, Rageot), Dalloz, Armand Collin, Larousse, Mille et une nuits, Editond du Chêne, Pauvert, Mazarine, Hazan, Marabout, les Guides bleus, , Dunod, Le routard, Harlequin, le Livre de Poche, Istra Syemma, Andrieu...	– Detém 56 títulos na imprensa: Paris Match, Pariscope, Elle etc. – Cadeias de rádio e TV: Europe 1 e Europe 2, RFM, Canal J, Match TV, NCM etc. – Na distribuição e difusão do livro, possui: rede H, Virgin, les Furet du Nord, além de Hachette Livre, Hachette Diffusion, Hachette Distribution Services etc.
Éditis	Possui: La découverte, Solar, Belfond, Les Presses de la Cité, Plon, Perrin, Robert Laffont, Juliard, Nil, Pocket, 10/18, Nathan, Le Robert, Fleuve Noir, Bordas, Retz, Urban, Le Pré aux Clercs, Omnibus, Acrolpole, Langues pour tous, Seghers, Les Presses de la Renaissance, Rouge et Or, Clé International, et recentemente Le Cherche Midi...	Possui a estrutura de difusão Interforum.
La Martinière	Possui: Les éditions La Martinière, Le Seuil, Les éditions du Sorbier, Minerva, L’Olivier, la Baleine, les Empêcheurs de penser en rond, Delachaux et Niestlé, Hermé, Manise, Aubanel ...	No setor de distribuição e difusão, possui: Volumen, que distribui também várias outras editoras (Minuit, José Corti, Autrement etc.).
Flammarion / Rizzoli	Possui: Flammarion, Aubier, Arthaud, Le Père Castor, Casterman, J’ai Lu/ Librio (65%), Fluide Glacial, Climats, Pygmalion, Zulma, Maison rustique, Delagrave, Champs	

Quadro 1: Concentração dos grupos de editoras francesas

⁴ A respeito do acordo firmado entre a Comissão Europeia e o grupo Lagardère (que também fabrica armas), esta observação de Arnault Saint-Ange, analisando o espaço editorial francês, é reveladora dos riscos envolvidos em tais operações: “Autrement dit, la Commission Européenne acceptait l’idée d’un monopole du groupe Lagardère, maison mère d’Hachette, sur les manuels scolaires et universitaires. Au moment même de la seconde guerre d’Irak, alors que le cœur de métier du groupe Lagardère reste les industries de défense avec EADS, le groupe Lagardère obtenait le droit de choisir ceux qui sont en mesure d’écrire l’histoire, au sein du monde francophone.”, “Le monde de l’édition, 2003-2005 : la fin d’une époque”. *Contre-feu, la revue littéraire de Lektı-écriture.com*. Disponível em: <<http://www.lekti-écriture.com/contrefeux>>. Acesso em: 15 ago. 2007.

Fontes: Association La Feuille et la Plume (Disponível em: <<http://www.infos-edition.com>>); *Contre-feu, la revue littéraire de Lekti-écriture.com*. Disponível em: <<http://www.lekti-écriture.com/contrefeux>>. Acessos em: 15 ago. 2007.

Três grandes tendências podem ser identificadas nesse processo de formação dos grandes conglomerados, segundo Felipe Lindoso (2004, p. 190):

- 1) absorção de editoras por grandes grupos de comunicação – *Viacom, Time-Warner-AOL, Vivendi Universal, Bertelsmann, News Corporation* (Murdoch);
- 2) compra de editoras para exploração de mercados linguísticos ou geográficos específicos, como é o caso da expansão de editoras espanholas na América Latina – *Santillana/Prisa e Planeta* – e de algumas editoras alemãs nos Estados Unidos, *Bertelsmann, Holtzbrink e Penguin*;
- 3) concentração em segmentos específicos, principalmente na área técnico-científica, cujo exemplo mais significativo é o da holandesa *Elsevier*.

No Brasil, tal processo começa a se desenvolver a partir dos anos 1990, com a intensificação das fusões entre editoras, a exemplo do grupo Record, que, através de sucessivas aquisições, transformou-se no maior conglomerado editorial da América Latina, reunindo atualmente 15 editoras e selos: Record (carro chefe do grupo), Bertrand Brasil, José Olympio, Civilização Brasileira, Rosa dos Tempos, Nova Era, Difel, BestSeller, Edições BestBolso, Galera & Galerinha, Harlequin (*joint venture*), Best Business, Verus Editora, Viva Livros. A Ediouro, por sua vez, comprou, ao longo da década de 2000, a Agir, a Nova Fronteira, a Nova Aguilar, a Desiderata, a Duetto, tendo se associado ao grupo editorial Thomas Nelson, com sede nos Estados Unidos.

Vem também aumentando a participação de grupos estrangeiros no mercado nacional. Assim, o espanhol Santillana, após a aquisição da Editora Moderna, comprou, em junho de 2005, 75% da Objetiva; a Campus/Elsevier adquiriu a Editora Impetus, especializada em livros da área de Direito, e Landscape comprou Leganto Editora. Tudo leva a crer que o processo se encontra apenas no seu início; à tendência já verificada em outros países soma-se a inexistência no Brasil de regulação da entrada do capital estrangeiro.

Uma nova economia do livro está assim em voga, o que tem provocado manifestos inflamados na mídia. Na França, o escritor Pierre Lepape publicou no *Le Monde Diplomatique* de março/2004 o artigo *La dictature de la world literature*, em que pretende denunciar o espaço cada vez maior ocupado, no mercado editorial, pela produção literária subsumida aos ingredientes comerciais clássicos do sexo, da violência, da irracionalidade, e direcionada para as expectativas do grande público. E, entre outras obras sobre o mesmo tema, a publicação em dezembro de 2005, pela *Association l'Autre Livre*, de *L'édition menacée: le livre blanc sur l'édition indépendante*⁵, reunindo diversos artigos sobre a ameaça que representa para a diversidade cultural o fenômeno da superconcentração das editoras.

Mas as reações não se têm feito presentes apenas na mídia. Com efeito, a “globalização editorial”, assim como as mutações do livro e da edição contemporâneos a ela associadas têm sido objeto de investigações também no meio acadêmico de diferentes países, numa demonstração clara da inquietação que tal fenômeno vem

⁵ *A edição ameaçada: o livro branco da edição independente*, organizado por Charles Onana. Outras obras com a mesma orientação temática: Gilles Colleu (2006), *Editeurs indépendants: de l'âge de raison vers l'offensive?*; Adré Schiffrin (2005), *Le contrôle de la parole*.

suscitando⁶. Várias iniciativas têm colocado no centro dos debates questões como a tensão entre diversidade cultural e padronização; concentração e pluralismo; edição independente e grandes conglomerados transnacionais.

A questão que se impõe é a de compreender melhor os impactos que tais transformações estão produzindo sobre o que se publica e consome, assim como sobre o que se escreve, ou seja, a imaginação do escritor, a originalidade dos temas, seu estilo próprio. A partir de sua experiência como editor nos Estados Unidos (durante 20 anos esteve à frente da prestigiosa Pantheon Books), André Schiffrin, em *O negócio dos livros – como as grandes corporações decidem o que você lê* (2006), mostrou de forma contundente os efeitos desse processo sobre a liberdade de pensamento e de expressão na edição estadunidense. Eis o que ele declara a respeito, em entrevista concedida ao jornal *O Globo*:

Ainda há muitas pessoas interessadas em bons livros nas editoras, mas elas não estão mais no comando. Os financistas estão no poder, e eles decidem o que será publicado. Houve uma mudança nas metas das editoras, que tradicionalmente geravam um lucro anual entre 4% e 5%, e agora querem atingir até 15%. Esses grupos possuem jornais com taxas de retorno de até 26%, e querem que os livros sejam igualmente lucrativos. A diferença é que livros não têm anúncios! (...) Obviamente, há livros importantes que não conseguem espaço nas grandes editoras. Além disso, como ninguém quer assumir o risco de publicar livros incomuns, inovadores, todas editoras tendem a correr atrás dos mesmos títulos. O resultado é que são pagos adiantamentos irrealistas, muito caros, por algumas obras. Outra coisa é que as grandes editoras publicam cada vez menos traduções. É mais caro e trabalhoso. Além disso, o país ficou muito isolacionista. Quando temos um governo que diz não se importar com o que o resto do mundo pensa, isso tem um efeito (SCHIFFRIN, 2006).

Observa-se ainda a tendência de desaparecimento das editoras de médio porte, confirmando-se a polarização do mercado entre os grandes grupos e as pequenas editoras – caracterizadas pela independência e militância, estas últimas, embora vivam em situação bastante frágil, desempenham um papel preponderante na garantia da diversidade editorial. A estratégia de se unirem em associações tem sido, na França, uma saída para enfrentar a pressão dos grandes conglomerados.

Como principal dispositivo garantindo as trocas literárias internacionais, a tradução se inscreve no centro dessas transformações, condensando uma série de efeitos ligados ao processo de unificação do mercado editorial. Neste sentido, a observação do funcionamento desse setor específico pode ser bastante reveladora.

1. Uma troca assimétrica

Por que a tradução, por exemplo, de um romance brasileiro não significa, numa perspectiva sociológica, a mesma coisa que a tradução de um romance francês? A resposta para esta pergunta passa por uma discussão sobre os desdobramentos da teoria dos campos de Pierre Bourdieu e sua reflexão sobre o mercado dos bens simbólicos. Ela implica também e antes de tudo, como observam J. Heilbron e G. Sapiro (2002), romper com duas tendências dominantes na tradição dos estudos tradutológicos: a perspectiva eminentemente textual que circunscreve o fenômeno da tradução a uma hermenêutica do texto, e a abordagem predominantemente econômica, que tende a identificar o livro

⁶ Cabe aqui mencionar, entre outras iniciativas, a realização do primeiro (Québec, 2000) e do segundo (Sydney, 2005) colóquios *L'histoire mondiale du livre et de l'édition*; do colóquio *Les contradictions de la globalisation éditoriale*, promovido pela EHES – École de Hautes Études en Sciences Sociales e pelo Centre de Sociologie Européenne (Paris, março, 2006), bem como a criação, em 2005, do OMEC – Observatoire Mondial de l'Édition Contemporaine (dirigido por Jean-Yves Mollier), que congrega, em várias partes do mundo, estruturas de observação dos movimentos da edição contemporânea.

traduzido a uma mercadoria cujos processos de produção e consumo estão submetidos à lógica do mercado, e cuja circulação encontra-se condicionada às leis do comércio nacional e internacional. Ou, por outra, trata-se de adotar uma perspectiva orientada para o conjunto de relações sobre as quais se funda o processo de tradução enquanto troca de ideias, considerando o funcionamento das traduções nos seus contextos de produção e circulação.

Como observa Pierre Bourdieu (2002), os textos traduzidos não trazem consigo o contexto de produção no qual foram gerados, produzindo uma série de mal-entendidos na medida em que, na cultura-alvo, eles são reinseridos num campo de produção diferente e, portanto, reinterpretados à luz da estrutura do campo de recepção, aqui incluídas as categorias de percepção dos leitores⁷. Isso explica, por exemplo, os inúmeros fracassos, na cultura de chegada, de traduções de obras que foram *best-sellers* na cultura de partida.

Assim, o fenômeno de importação de uma literatura estrangeira através da prática da tradução não diz respeito apenas a uma problemática intertextual, que procura relacionar texto original e texto traduzido (HEILBRON; SAPIRO, 2002, p. 4). Enquanto “transferência cultural”, a prática da tradução supõe um espaço de relações internacionais, dentro do qual se estabelecem trocas entre contextos de produção e de recepção. O modo de circulação das traduções no contexto da cultura-alvo depende de diferentes lógicas atinentes aos campos de produção cultural do país de origem e do país de destino. Assim, como exemplificam os mesmos autores, as instâncias de produção e circulação do país de origem podem estar subordinadas à esfera política (caso dos países do leste europeu à época dos regimes comunistas) ou, no outro polo, elas podem parecer submetidas a uma lógica predominantemente de mercado (caso da importação da literatura estadunidense hoje, em vários países). Na cultura do país de destino, a recepção da literatura estrangeira traduzida também depende dos princípios que regem o funcionamento do campo cultural e, mais precisamente, o campo literário, e do seu grau de heteronomia em relação a outras instâncias de poder (político, econômico etc.).

Em seu estudo voltado para a estruturação de campos literários transnacionais (dando assim seguimento à sociologia de P. Bourdieu), Pascale Casanova propõe a noção de *campo literário mundial*. Dentro dessa perspectiva, o *campo literário mundial* pode ser definido como um sistema de posições fortemente estruturado e hierarquizado, caracterizado pela oposição entre dois polos: o polo autônomo, formado pelos escritores oriundos de campos literários mais bem dotados de capital literário, e o polo heterônimo, formado pelos campos literários nacionais pouco dotados (ou em vias de constituição, os quais muitas vezes possuem uma forte dependência em relação às esferas políticas nacionais).

O princípio de funcionamento dessa “cartografia literária” transnacional reproduz a lógica descrita por Pierre Bourdieu em sua teoria dos campos para os espaços nacionais, regidos pela oposição entre os polos dominante (autônomo, cosmopolita, voltado para a “arte pura” ou desinteressada) e dominado (heterônimo, nacional, produzindo uma arte comprometida com princípios de reconhecimento externos ao campo). Assim, as tensões que regem o funcionamento desse espaço internacional são funções de fatores tais como o grau de autonomia dos campos nacionais e, dentro de cada campo nacional, o peso relativo que possuem as esferas autônoma (“cosmopolita”) e dependente (“nacional”). O polo dominante seria constituído pelas nações detentoras de um

⁷ Exemplo bastante emblemático de um desses “equivocos” constitui o processo de consagração e universalização do dramaturgo norueguês Ibsen, cuja obra foi interpretada de formas antagônicas nos campos literários francês, inglês e irlandês da época (CASANOVA, 1999 e 2002).

importante capital literário, e o polo dominado, por aquelas que possuem menor capital literário (ou desprovidas do mesmo).

A constituição de um espaço literário internacional autônomo é o resultado de uma luta histórica (cujo início remonta ao século XVI) travada por escritores, editores, tradutores e críticos – enfim, pelos agentes dos campos literários nacionais – contra a dependência em relação às esferas políticas e religiosas. Neste processo, a tradução assume um papel preponderante na medida em que, através dela, uma literatura nacional pode afirmar-se ou consagrar-se na esfera internacional – é o que P. Casanova chama de *tradução como consagração*. Ela também funciona, ainda segundo a mesma autora, como dispositivo de *acumulação de capital literário*, através do qual uma nação em processo de constituição importa os “grandes textos” da literatura universal, visando com isso a aumentar o volume de capital simbólico de sua literatura, ao mesmo tempo em que “literarizar” ou enobrecer a língua nacional. Ou seja, através da tradução de obras sancionadas nos centros literários, que constituem o polo autônomo do campo internacional, são introduzidos e difundidos, no campo nacional, os princípios legitimadores da modernidade literária. Não é, aliás, um acaso se muitos desses tradutores são também, eles próprios, escritores, estando, portanto, implicados de perto nas disputas pelo poder simbólico em seus respectivos campos literários. Acontece, dessa forma, uma espécie de “atualização” do polo autônomo do campo nacional, que, reivindicando a modernidade definida no “meridiano de Greenwich literário” (P. Casanova), rompem com as normas que dominam o campo interno⁸. O campo mundial resta, portanto, através de seu polo autônomo e de suas instâncias de consagração, referência ou modelo para os campos nacionais em vias de constituição em seus processos de “literarização” e desnacionalização.

As inflexões aqui dadas à teoria dos campos de P. Bourdieu permitem compreender a distribuição desigual do capital literário no espaço internacional, marcado por lutas pela legitimidade e pelo poder de consagração. Tais assimetrias na distribuição do capital literário possuem, segundo P. Casanova, uma correlação com aquilo que ela chama de *capital linguístico-literário*. Ou seja, o prestígio, a crença propriamente literária ligada a uma língua, o valor que lhe é reconhecido literariamente e que dependem de sua antiguidade, do prestígio de sua poesia, do refinamento das formas literárias elaboradas nesta língua, das tradições, dos “efeitos” literários ligados principalmente às traduções e à quantidade destas, etc. O capital linguístico-literário é o que aparece quando, por exemplo, são utilizadas expressões como “a língua de Shakespeare”, “a língua de Racine” ou “a língua de Cervantes” (2002, p. 8).

A estrutura do campo literário internacional, o capital literário assim como o capital linguístico-literário de cada nação constituem um dispositivo nocional capaz de situar a tradução como uma operação assimétrica envolvendo relações de força, e não mais como um processo neutro e unidirecional partindo da língua-fonte para a língua-alvo. Com efeito, compreender a significação da tradução passa pela descrição ou análise da posição que ocupam três instâncias no campo literário: as línguas de partida e de chegada, o autor e o tradutor. Primeiramente, é preciso retrair a situação da língua de partida e da língua de chegada em relação ao universo das línguas literárias. É necessário em seguida perceber a posição que o autor ocupa no campo literário mundial, situação esta que se apresenta como o desdobramento tanto do lugar que ele ocupa no

⁸ A mesma autora (2002, p. 12) cita vários exemplos dessa estratégia. Assim, a tradução que propõe Borges de Cummings, Crane, Faulkner, Warren, ou aquela feita de Lewis Carrol para o russo por Nabokov, ou ainda a tradução de Apollinaire, Verlaine, Jammes, Cocteau e Morand no Japão dos anos 1920, que contribui para revolucionar profundamente todas as normas estéticas do espaço literário então emergente.

campo literário nacional, quanto do lugar deste campo no espaço literário internacional. Finalmente, deve-se analisar a posição relativa do tradutor e demais agentes implicados no processo de consagração da obra. A partir da descrição das respectivas posições, é possível depreender a tradução como um dispositivo bastante variado, no interior do qual operam os dois processos acima descritos: a tradução como consagração e a tradução como acumulação de capital literário.

2. Hipercentralidade do inglês e diversidade cultural

Na atual situação em que a “globalização declina-se preferencialmente em inglês” (ORTIZ, 2006) e em que se desenha uma nova cartografia linguística, não resta dúvida de que a tradução literária e os efeitos institucionais a ela associados (enquanto vetor nos processos de reconhecimento e legitimação literária acima evocados) vêm se transformando. Como língua hipercentral, segundo o modelo sugerido pelo linguista holandês Abram de Swaan, o inglês é, atualmente, a língua de conexão entre as línguas supercentrais (aquelas que gravitariam em torno do inglês, tais como o alemão e o francês, por exemplo). Esta hipercentralidade se atualiza, por exemplo, quando um falante do espanhol e outro do francês, ignorando cada um a língua do outro, utilizam o inglês para se comunicarem. O sistema de De Swaan – concebido segundo o modelo astrofísico das galáxias, com seus sóis, planetas e satélites submetidos à força gravitacional – vai ao encontro da perspectiva de P. Casanova. Com efeito, para ele cada língua possui um capital linguístico-político que seria distribuído de forma desigual, fazendo com que umas sejam mais utilizadas do que outras, e mostrando com isso, mas por outro caminho, as assimetrias e hierarquias entre as trocas linguísticas. Ele abre assim espaço para se perceber a problemática da língua em sua estreita relação com a globalização. Para além de uma hierarquia entre os idiomas, a globalização instaura uma desigualdade entre eles, com um toque de segregação intelectual (ORTIZ, 2006, p. 43). Neste sentido, a utilização da língua local significaria, para um escritor oriundo de um campo literário “periférico”, bem mais do que apenas uma “gaiola” (para usar a metáfora tão recorrente entre os autores de campos literários dominados ou desprovidos); ela corresponderia a uma posição de rebaixamento, de desqualificação.

A hipercentralidade do inglês redobra-se ainda de uma desterritorialização: ele deixa de ser um idioma enraizado em determinado território, circulando entre as várias nações na condição de língua estrangeira, para tornar-se uma língua interna, autóctone ou inerente à condição da modernidade-mundo (ORTIZ, 2006, p. 25), sendo redefinido, reapropriado, ressemantizado. Ele adquire, enfim, um outro significado: o do *global english* – essa língua de comunicação internacional, cuja existência de fato como “língua padrão” é puramente ilusória ou quimérica. Afinal, como bem analisa o altermundialista Bernard Cassen (2005), que língua é essa, da qual conhecemos apenas as linhas limítrofes demarcadas pelo léxico das comunidades profissionais que a utilizam? Pois o inglês internacional é, na verdade,

[a língua] dos pilotos de barcos, o “Seaspeak”, atualmente substituído pelo Standard Marine Communication Phrases (SMCP), formulado a partir do inglês falado por locutores de várias outras línguas; o “Airspeak”, usado nos aviões e pelo controle aéreo; o inglês técnico, dividido com “colegas invisíveis” pesquisadores de diferentes áreas; o da hotelaria; o das várias ramificações legais; o das finanças etc. (CASSEN, 2005).

Por outro lado, ao se reivindicar para o inglês o estatuto de língua da comunicação internacional, está-se confundindo global com universal, como bem demonstra Ortiz (2006) em sua análise sobre o predomínio do inglês e as Ciências Sociais. Enquanto

universal seria uma categoria filosófica – inclusive bastante discutível, segundo ele – significando transcendência, uma relação abstrata que não encontra necessariamente realização imediata no plano concreto, global (mercado global, economia global, sociologia global...) identificaria coisas e processos que se desenvolvem no plano da história real dos homens. A aproximação entre os dois conceitos sugere, assim, e erroneamente, que o universal se realiza no global. Desta forma, é um equívoco pensar que a atual abrangência do inglês seja sinônimo de sua universalidade (p. 42-43), mesmo porque em termos linguísticos isto constitui uma impossibilidade, da qual a tentativa fracassada do esperanto é um bom exemplo.

Longe de significar uma unicidade, a globalização da cultura, ou mundialização cultural, como preferem alguns⁹, está associada aos efeitos da globalização econômica e implica ao mesmo tempo o convívio e o conflito entre diversas concepções de mundo. No bojo desse processo, garantir a pluralidade linguística é um fator essencial para assegurar a pluralidade de formas de pensar e de ver mundo. Neste sentido, é no mínimo instigante a proposta de B. Cassen (2005) para a construção de um mundo “linguisticamente multipolar” que barre o monopólio, quer simbólico, quer material, da hipercentralidade da língua inglesa. Isto passaria pela retomada do conceito de “famílias linguísticas”. Para efeitos de aprendizagem, cada família linguística seria considerada como uma única língua – por exemplo, a “língua romana” agruparia o espanhol, o francês, o italiano, o português, o romeno etc., ou seja, seriam contemplados 60 países onde elas são oficiais (ao passo que o inglês é oficial em apenas 45 países). Esta proposta se baseia na aprendizagem da intercompreensão, ou seja, cada indivíduo se expressaria na sua língua nativa, mas possuiria a capacidade de compreender da língua do outro. O ensino das línguas estrangeiras romanas prescindiria da ênfase nas quatro competências (compreensão e expressão orais e escritas), sendo substituído por uma disciplina de intercompreensão das línguas romanas. A vantagem desse modelo é que, ao reagrupar as línguas, seriam consideradas, além do árabe, três grandes famílias: a do inglês, a do chinês e a das línguas romanas. Para se ter uma ideia, numa projeção para o ano de 2025, teríamos os seguintes números de falantes para cada uma delas: 448 milhões de falantes do árabe; 1,561 bilhão de locutores do chinês; 1,048 bilhão de habitantes de países de língua inglesa, e mais de 1,3 bilhão de “romano-fônicos”, o que dá uma boa base de sustentação à proposta. Ou seja, juntas estas línguas poderiam barrar o monopólio do inglês, na medida em que adquiririam uma co-hipercentralidade com este idioma.

3. Circulação internacional da literatura e diversidade cultural

A polarização entre o inglês e as demais línguas na atual cartografia linguística não poderia deixar de produzir distorções na circulação mundial da literatura. Segundo relatório do Ministério das relações exteriores da França, publicado em 2002 (*apud* LEPAPE, 2004), apesar de detentora de uma produção literária anual duas vezes maior do que a da França (de aproximadamente 14 000 títulos), a Grã-Bretanha publica apenas 3% de obras literárias traduzidas de outras línguas, dos quais somente 1% da língua francesa. A mesma tendência é seguida pelos Estados Unidos, com 2,8% de traduções,

⁹ Refiro-me aqui à distinção feita, entre outros, por Ortiz (2006) entre os termos “globalização”, que remeteria à economia e à tecnologia enquanto “processos que se reproduzem igualmente em todo o planeta”, e “mundialização”, que remete à cultura, associado não a uma “cultura global” (que neste sentido não existiria), mas a um “processo de mundialização” da cultura – processo indissociável das transformações da globalização, ao mesmo tempo em que abriga diferentes (e conflitantes) concepções de mundo. Dominique Wolton (2003) também lança mão da distinção entre os dois termos.

das quais 0,8% de livros franceses que, mesmo assim, são os mais vendidos, inclusive na frente dos de língua espanhola. Para se ter uma ideia da distorção, as intraduzções¹⁰ na França atingem 18% (aproximando-se da Alemanha e da média europeia), e na Itália e Espanha fica em torno de 25% (SAPIRO, 2002, p. 88). Ou seja, quanto mais central uma língua, menos ela intraduz e mais ela exporta suas obras para países “periféricos” ou “semiperiféricos”, ou seja, extraduz. Outro estudo, realizado por Johan Heilbron (1999, *apud* SORÁ, 2002, p. 62), confirma esta estrutura fortemente hierarquizada do mercado mundial da tradução. Assim, as extraduzções do inglês representavam, já em 1978, 40% do total mundial de 60000 títulos traduzidos, caracterizando-a como uma língua hipercentral; as do alemão, do francês e do russo (“línguas centrais” segundo Heilbron), representavam de 10 a 12% do total, e as extraduzções do espanhol, italiano, sueco dinamarquês, húngaro, polonês, tcheco e holandês oscilavam entre 3 e 1%, o que faz Heilbron classificá-las como “semiperiféricas” em relação às demais línguas restantes, cujas extraduzções não ultrapassam 1%.

Grandes centros literários do ponto de vista editorial, mercados como o dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha são, contudo, extremamente refratários à entrada da produção literária mundial. Este isolamento destoa da massa de títulos exportados anualmente, fato que, associado às práticas editoriais cada vez mais subordinadas às metas de lucro praticadas pelos grandes grupos, tem afetado o conteúdo do que se publica, favorecendo a circulação de um modelo mediano, padronizado de ficção. Não é outra a inquietação de André Schiffrin:

Existe uma regra, hoje [na Pantheon Books], de que se um livro não vender pelo menos dois mil exemplares anualmente, ele é retirado do catálogo. Por causa disso, o catálogo da Pantheon está sendo desmontado. De Cortázar, por exemplo, apenas um ou dois livros estão disponíveis. O mesmo ocorre com Marguerite Duras. Publicamos toda sua obra, e hoje apenas uma está no catálogo (2006).

Filho do editor Jacques Schiffrin (criador da prestigiosa coleção *Pléiade* na França), André Schiffrin descreveu, em seu livro publicado em 2000 (*The Business of Books...*), o avanço deste fenômeno editorial nos Estados Unidos, tentando alertar os editores europeus para a erosão da liberdade de pensamento e de expressão que estaria ameaçando o velho continente. A tendência cada vez mais se impõe, e hoje há uma espécie de consenso entre os analistas sobre a existência do fenômeno de uniformização dos temas e conteúdos na ficção mundial. Não se trata de “demonizar” as editoras, mas de reconhecer que, na cadeia de produção, difusão e consumo internacional da literatura, um dos dispositivos está hipertrofiado, em detrimento do espaço de sobrevivência de outros, ou seja, da diversidade de expressões literárias.

Nesse sentido, o espaço mais atingido por tal lógica ou princípio de funcionamento segundo os imperativos comerciais é o polo autônomo do campo literário mundial, espaço de onde emergem as experiências artísticas inovadoras, ou seja, a vanguarda literária. De Pierre Lepape a André Schiffrin, passando por Pascale Casanova e, no Brasil, por Felipe Lindoso (2004), para citar somente estes, a constatação é a mesma.

Existem condições “ecológicas” muito raras, muito frágeis, que são necessárias para permitir a eclosão de uma literatura autônoma: poetas de vanguarda, leitores curiosos e cultos, uma rede de livrarias independentes, livreiros militantes e competentes, um sistema educativo produzindo

¹⁰ *Intradução* e *extradução*: expressões emprestadas a Valérie Ganne e Marc Minon (1992), que as definem nos seguintes termos: “L ‘intraduction’ représente les livres traduits dans la langue du pays d’édition à partir d’une oeuvre écrite dans une langue originale étrangère. L’ ‘extraduction’ représente, en revanche, les livres ‘exportés’ d’un pays et traduits dans une ou plusieurs langues étrangères” (p. 58).

leitores exigentes, bibliotecas, editores eles também independentes, etc. (...) A partir do momento em que um dos elos desta cadeia no ecossistema se quebra ou desaparece, tudo é posto em questão, a totalidade do sistema fica em perigo. Para que um poeta afegão tenha alguma chance de ser publicado aqui na França, possa ser lido, no “Le Monde”, ser consagrado de uma forma ou de outra, é necessária toda uma série de micro e macro condições que, hoje, tendem a desaparecer ou, ao menos, a se diluir na grande feira comercial onde tudo é confundido¹¹ (CASANOVA, 2002a).

A independência da literatura, em sua expressão mais autônoma, em relação a uma esfera de regulação externa está cada vez menos *relativa* (P. Bourdieu) e mais discutível. Evidentemente não se trata mais, como no passado, de dependência em relação à política ou à religião, mas ao campo da economia numa escala internacional. Ao mesmo tempo veículo privilegiado de trocas entre diferentes culturas e dispositivo que objetiva relações de dominação (literária, simbólica) entre países, a tradução literária, convém frisar, desempenha uma função essencial nos processos de reconhecimento e emergência das literaturas de países “periféricos” ou “semiperiféricos”, e, portanto, nos processos de autonomização das literaturas nacionais. Neste sentido, as questões que ela suscita são indissociáveis da problemática da língua no contexto da mundialização cultural – ao mesmo tempo elemento constitutivo das identidades nacionais e vetor na luta pela defesa da coabitação cultural.

É dentro desta perspectiva que se impõe, atualmente, garantir e promover esse espaço internacional de trocas literárias.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la recherche en sciences sociales*. n. 144, Paris, dez. 2002, p. 3-8.

CASANOVA, Pascale. *La république mondiale des lettres*. Paris: Seuil, 1999.

CASANOVA, Pascale. Consécration et accumulation de capital littéraire : la traduction comme échange inégal. *Actes de la recherche en sciences sociales*. n. 144, Paris, set. 2002, p. 7-20.

CASANOVA, Pascale. Le seul combat aujourd’hui est celui pour l’autonomie de la littérature. Entrevista concedida em 30.12.2002 à revista virtual *Combats magazine: périodique multilingue. Littérature. Politique. Culture*. Disponível em: < <http://www.combats-magazine.net>>. Acesso em: 17 abr. 2007.

CASSEN, Bernard. Contra a ditadura do inglês. Trad. de Andréa Curiacos Bertolini. *Le Monde Diplomatique – edição brasileira*, fev. 2005. Disponível em: <<http://www.diplo.uol.com.br>>, 2005. Acesso em: 15 abr. 2007.

¹¹ (Trad. nossa). “Il y a des conditions ‘écologiques’ très rares, très fragiles, qui sont nécessaires pour permettre l’éclosion d’une littérature autonome : des poètes d’avant-garde, des lecteurs curieux et cultivés, un réseau de librairies indépendantes, des libraires militants et compétents, un système éducatif produisant des lecteurs exigeants, des bibliothèques, des éditeurs eux aussi indépendants, etc. (...). Dès lors que l’un des maillons de cette chaîne dans l’écosystème s’effondre ou disparaît, tout est remis en cause, la totalité du système est mis en danger. Pour qu’un poète afghan ait quelque chance d’être publié ici en France, puisse être lu, dans ‘Le Monde’, être consacré d’une façon ou d’une autre, il faut toute une série de micro et macro conditions qui, aujourd’hui, tendent à disparaître ou, au moins, à se diluer dans la grande foire commerciale où tout est confondu”.

CASSEN, Bernard. Dos confins ao centro da galáxia. Trad. de Andréa Curiacos Bertolini. *Le Monde Diplomatique – edição brasileira*, fev. 2005. Disponível em: <<http://www.diplo.uol.com.br>>, 2005a. Acesso em: 15 abr. 2007.

GANNE, Valérie. MINON, Marc. Géographies de la traduction. In: BARRET-DUCROCQ, F. (Org.). *Traduire l'Europe*. Paris: Payot, 1992. p. 55-95.

HEILBRON, Johan e SAPIRO, Gisèle. (2003). “La traduction littéraire : un objet sociologique”. *Actes de la recherche en sciences sociales*. n. 144, Paris, set. 2003, p. 3-5.

LEPAPE, Pierre. La dictature de la “world literature”. *Le Monde Diplomatique*, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2004/03/LEPAPE/11073>>. Acesso em: 15 abr. 2007.

LINDOSO, Felipe. *O Brasil pode ser um país de leitores? Política para a cultura. Política para o livro*. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

ONANA, Charles (org.). *L'édition menacée : le livre blanc de l'édition indépendante*. Paris: Éditions Duboiris, 2005.

ORTIZ, Renato. *Mundialização: saberes e crenças*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SAPIRO, Gisèle. (2002). L'importation de la littérature hébraïque en France : entre communautarisme et universalisme. *Actes de la recherche en sciences sociales*. n. 144, Paris, set. 2002, p. 80-98.

SCHIFFRIN, André. *O negócio dos livros: como as grandes corporações decidem o que você lê*. Trad. de Alexandre Martins. São Paulo: Casa da Palavra, 2006.

SCHIFFRIN, André. O negócio dos livros e as grandes corporações. Entrevista concedida ao Jornal *O Globo* e publicada em 1º.12.2006 no blog do caderno *Prosa e Verso*. Disponível em: <<http://www.oglobo.globo.com/blogs/prosa>>. Acesso em: 20 jul. 2007.

SORÁ, Gustavo. Um échange dénié: la traduction d'auteurs brésiliens em Argentine. *Actes de la recherche en sciences sociales*. n. 144, Paris, dez. 2002, p. 61-70.

WOLTON, Dominique. *L'autre mondialisation*. Paris: Flammarion, 2003.